

Prática pastoral e transformação social¹

Pastoral practice and social transformation

Benedito Ferraro²

Resumo

A entrada dos cristãos e cristãs na luta política de libertação dos pobres e excluídos é a grande novidade da(s) Igreja(s) na América Latina e no Caribe. Com base em Medellín (1968), por meio de uma recepção criativa do Concílio Vaticano II, a vivência e a compreensão da fé cristã têm experimentado uma nova dinâmica. As comunidades eclesiais de base (CEBs) e a Teologia da Libertação favorecem um novo modo de se assumir o compromisso social visando à construção de uma sociedade diferente, pautada na justiça e na solidariedade. Compreende-se que entre evangelização e libertação há laços muito fortes. A obra de evangelização não pode negligenciar os graves problemas que afetam a vida das pessoas e da natureza: desemprego, exclusão social, violência, devastação da natureza. Os cristãos e cristãs são chamados para contribuir na transformação da sociedade, a partir de sua fé e de sua prática pastoral. Essa contribuição visa colaborar na construção de um projeto de nação que se aproxime dos valores explicitados nas lutas populares. Isso requer o uso de instrumentos capazes de proporcionar a participação cidadã na busca de uma sociedade justa, fraterna, solidária e respeitadora da vida das pessoas e da natureza.

Palavras-chave: Evangelização; Libertação; Democracia; Movimentos populares; Prática social; Projeto de nação.

Fazer relação entre prática pastoral e transformação social nos remete a compreender a ação dos cristãos e cristãs, no mundo, pela perspectiva da ligação entre evangelização e libertação. Essa aproximação encontra-se explicitada na **Evangelii Nuntiandi** de Paulo VI:

[...] É impossível aceitar “que a obra da evangelização possa ou deva negligenciar os problemas extremamente graves, agitados sobrema-

1. Artigo recebido em março/2007 e aceito em maio/2007.

2. Doutor em Teologia (University Fribourg, Suíça), professor da PUC Campinas e assessor da Pastoral Operária de Campinas. e-mail: bferraro@terra.com.br

neira hoje em dia, pelo que se refere à justiça, à libertação, ao desenvolvimento e à paz no mundo. Se isso porventura ocorresse, seria ignorar a doutrina do Evangelho sobre o amor para com o próximo que sofre ou se encontra em necessidade”. (1976)

Falar de transformação social nos remete também a Medellín e a toda tradição da Teologia da Libertação, compreendendo-a em todas as suas dimensões. Por isso, falamos de libertação econômica, política, cultural, pedagógica, erótico-sexual e também ecológica. A prática pastoral dos cristãos e cristãs é convidada, sempre, a levar em consideração todas essas dimensões. Daí a complexidade da articulação.

Superação do divórcio Igreja-mundo

O Concílio Vaticano II representa um ponto final no divórcio entre Igreja e sociedade moderna (BEOZZO, 2005, p. 52), criando uma nova mentalidade eclesial que começa a assumir as necessidades e as aspirações dos homens e mulheres de hoje, como está no início da **Gaudium et Spes**: “As alegrias e esperanças, as tristezas e angústias dos homens e mulheres de hoje, sobretudo dos pobres e de todos os que sofrem, são também as alegrias e esperanças, as tristezas e angústias dos/as discípulos/as de Cristo. Não se encontra nada verdadeiramente humano que não lhes ressoe no coração” (GS, 1).

Nesse sentido, a pretensão última do Concílio

foi realizar um aggiornamento, a saber, proclamar a salvação de Deus numa linguagem que fosse entendida e significativa para os nossos contemporâneos... Sabemos que a repercussão efetiva de um concílio pode ser bem variada, sendo que o Vaticano II não constitui uma exceção. Alguns aspectos foram fecundos nos anos posteriores, outros se viram relegados ao silêncio na vida eclesial. (MIRANDA, 2005, p. 31-54)

Essa nova mentalidade foi sendo forjada pela prática dos cristãos e cristãs bem antes do Concílio. A ação católica, o movimento bíblico, a renovação litúrgica, o movimento do mundo melhor foram amainando o terreno para o surgimento de maior interação entre Igreja e sociedade.

A novidade da Igreja na América Latina

A recepção do Concílio Vaticano II feita por Medellín trouxe uma grande novidade para Igreja na América Latina e no Caribe, como fruto da opção pelos pobres: a entrada dos cristãos e cristãs na luta política de libertação dos pobres e excluídos. Os cristãos e cristãs iniciam um

novo tipo de participação com base em sua fé: a luta pela libertação, ou seja, a luta pela transformação social como anuncia Medellín.

Movimentos de reivindicação e movimentos específicos

Em nome da fé e por coerência ao seguimento de Jesus Cristo, começam a se engajar nos movimentos populares reivindicatórios, lutando por melhores condições de vida nos bairros das cidades e no campo. Sobretudo a partir das comunidades eclesiais de base (CEBs), os cristãos e cristãs assumem a luta por água, esgoto, escola, creche, posto de saúde, passarela, preço dos produtos, estradas, pontes. Surgem os movimentos específicos da mulher, do negro, dos indígenas, dos sem-terra, sem-teto.

Movimento sindical

Os cristãos e cristãs se articulam também com as lutas sindicais, descobrindo o trabalho como chave central de toda questão social, como afirma João Paulo II na encíclica **Laborem Exercens**, n° 3: “O trabalho humano é uma chave, provavelmente a chave essencial, de toda a questão social”. Compreendem, na luta sindical, a primazia do Trabalho sobre o Capital. Em termos de Brasil, é importante assinalar as três Campanhas da Fraternidade sobre o Trabalho (1978, 1991 e 1999). Certamente, valeu a intuição de João XXIII, em sua encíclica **Pacem in Terris** (1963), apontando para os três fenômenos da época vistos como sinais dos tempos:

- Primeiro, a gradual ascensão econômico-social das classes trabalhadoras. Partindo da reivindicação de seus direitos, especialmente de natureza econômico-social, avançaram em seguida os trabalhadores às reivindicações políticas e, finalmente, se empenham na conquista de bens culturais e morais. (**Pacem in Terris**, 41)
- Em segundo lugar, o fato por demais conhecido do ingresso da mulher na vida pública: mais acentuado talvez em povos de civilização cristã; mais tardio, mas já em escala considerável, em povos de outras tradições e cultura. Torna-se a mulher cada vez mais cônica da própria dignidade humana, não aceita mais ser tratada como um objeto ou um instrumento, reivindica direitos e deveres consentâneos com sua dignidade de pessoa, tanto na vida familiar como na vida social. (**Pacem in Terris**, 41)
- Notamos finalmente que, em nossos dias, evoluiu a sociedade humana para um padrão social e político completamente novo. Uma vez que todos os povos já proclamaram ou estão para proclamar a sua

independência, acontecerá dentro em breve que já não existirão povos dominadores e povos dominados. (**Pacem in Terris**, 42)

Esses fenômenos vistos como sinais dos tempos continuam merecendo atenção especial por parte dos cristãos e cristãs. Eles continuam presentes e sem eles não poderíamos entender a ascensão aos governos de diferentes países da América Latina e do Caribe de pessoas provenientes do meio popular, da classe trabalhadora. Não poderíamos entender a eleição de mulheres para o governo de diferentes países. No tocante à participação da mulher, a Igreja está à volta com sua compreensão no interior da própria instituição. Há muitas exigências formuladas pelas mulheres e que ainda merecem aprofundamento e, possivelmente, uma nova prática.

Frente ao sistema neoliberal que intensificou o processo da exclusão social no mundo todo, nasce a luta contra o desemprego e a busca de alternativas a partir da economia sócio-solidária, que ganha corpo no Fórum Social Mundial, como uma alternativa para os trabalhadores(as).

Participação nos partidos políticos ligados à luta popular

Os cristãos e cristãs compreendem, aos poucos, a importância da participação política para a construção de um novo projeto de nação. É claro que esse aprendizado é lento e demanda tempo, como nos afirmam os bispos do Brasil:

Somente ampliando as formas participativas dos cidadãos e cidadãs que construiremos uma nação livre, democrática, autônoma, nos níveis estadual e nacional. A democracia é um processo lento, construído continuamente pela participação das pessoas que se organizam e mobilizam a sociedade. A experiência de participação popular na política é uma conquista e um patrimônio histórico do povo brasileiro, formado pelos movimentos sociais, sindicatos, pastorais sociais e partidos políticos. Essa experiência não pode ser perdida pela ação nefasta de políticos que buscam poder e vantagens pessoais a qualquer custo. Esperamos que os movimentos sociais sejam os aliados dos cidadãos conscientes. Sejam viveiros permanentes de consciência política do cidadão, verdadeiras escolas de formação e ação política na construção de uma sociedade autenticamente democrática. (cf. CNBB, 2006, p. 12)

Com essa citação, queremos chamar a atenção dos leitores/as para a exigência da participação política na construção de um novo

projeto de nação. Não podemos mais nos furtar da ação política, pois somos convidados a continuamente purificá-la. Sem dúvida, vale a pena reler e aprofundar as indicações dadas pela CNBB em relação às grandes opções para a construção de um novo projeto de nação (2006, p. 29-38):

- a) Democratizar o Estado e ampliar a participação popular.
- b) Rever o modelo econômico e o processo de mercantilização da vida.
- c) Ampliar as oportunidades de trabalho.
- d) Fortalecer as exigências éticas em defesa da vida.
- e) Reforçar a soberania da nação.
- f) Democratizar o acesso à terra e ao solo urbano.
- g) Proteger o meio ambiente e a Amazônia.

Luta armada

Diante da *violência institucionalizada* (Medellín, Paz, 16) e ao *pecado social* (Puebla, 28), houve a recorrência à luta armada em vários países da América Latina e do Caribe. Meio ambíguo, mas presente em nosso continente (Medellín, Paz, 19).

Pastorais sociais

Na concretização da opção pelos pobres, as pastorais sociais trazem para a Igreja a importância do engajamento. Procuram traduzir a importância da Igreja comprometida com as lutas populares e iniciam o processo de cidadania nas comunidades, realizando uma ligação com os movimentos populares:

- Comissão Pastoral da Terra (CPT) tem uma relação direta com o MST.
- A Pastoral da Saúde abre-se aos Conselhos de Saúde.
- A Pastoral Operária está ligada à luta sindical e à economia sócio-solidária.
- A Pastoral do Negro trabalha conjuntamente com a luta dos negros/as.
- A Pastoral da Mulher Marginalizada articula-se com a luta das mulheres e se liga à Marcha Mundial das Mulheres.
- A Pastoral da Criança participa dos conselhos da criança e do adolescente e do Conselho Tutelar.
- A Pastoral de Fé e Política articula-se com os Partidos Políticos ligados à luta popular.

Com a entrada dos cristãos e cristãs na luta política de libertação dos pobres e excluídos na América Latina e no Caribe, o Espírito suscitou uma nova experiência eclesial, definida pela ligação fé-vida, que gerou:

- a) *Um novo modo de viver a fé*: a Igreja assume os novos desafios do mundo de hoje. Os cristãos e cristãs, movidos/as pelo Espírito do Ressuscitado, abrem-se para os problemas do mundo.
- b) *Um novo modo de transmitir a fé*: uma nova leitura da Bíblia a partir do pobre-excluído (relação de classe), a partir da mulher (relação de gênero), a partir das diferentes culturas (relação étnica), a partir dos idosos, jovens, crianças (relação de geração) e a partir da defesa da natureza (ecologia). Encontramos também no interior de todo esse processo uma nova forma de fazer teologia (Teologia da Libertação) e uma nova catequese, fazendo a ligação fé-vida com ênfase na dimensão martirial.
- c) *Um novo modo de celebrar a fé*: ligando fé-vida, a liturgia se expressa com base nas diferentes culturas (inculturação) e celebra as lutas em defesa da vida, com grande respeito pela alteridade. Num primeiro momento, se fala de uma liturgia inculturada e, num segundo momento, de uma inculturação da liturgia.

Transformação social: em busca de um novo Projeto de Nação

A prática pastoral na América Latina e no Caribe, seguindo a orientação de Medellín, busca construir um novo modelo eclesial na perspectiva da eclesiologia do Vaticano II – *Igreja Povo de Deus*. Na América Latina e no Caribe, esse modelo se configura com base na experiência eclesial das CEBs, visando, à luz da evangélica opção pelos pobres, promover a pessoa, renovar a comunidade e participar da construção de uma sociedade justa e solidária, a caminho do Reino definitivo (**Objetivo Geral da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil – 2003-2006**). Na busca desse novo projeto de nação, há um longo processo percorrido e a percorrer. Queremos retomar alguns passos dados e indicar alguns outros.

Quatro idéias-forças a partir da 2ª Semana Social Brasileira (1994) (CNBB, 1998, p. 50-53)

a) Radicalização da democracia

Radicalizar a democracia significa apostar na capacidade das pessoas de serem construtoras do conjunto da vida social. Radicalizar significa ir às raízes. Mexer no mais profundo. Ir até o tutano. Isso exige a democratização de todas as dimensões da vida.

- Democratização do econômico – Equivale a dizer que todos devem ter acesso aos bens necessários à vida e que exige a democratização da propriedade, das águas, dos meios de comunicação, da informação, do conhecimento. O direito ao trabalho, à produção e reprodução da vida, à moradia fazem parte da democratização do econômico.
- Democratização do político – Exige a desconcentração e descentralização da política, da terra, das águas, dos meios de comunicação. Indica o valor da participação e da ação política de cada cidadão e cidadã no que se refere ao bem comum, ao bom e justo funcionamento da vida na cidade. Política vem da palavra grega *polis*, que significa cidade. Política é, pois, o governo da cidade. E todos são responsáveis por ela.
- Democratização do social – Significa abolir qualquer tipo de exclusão e apartação social que fere a dignidade da pessoa como filha do mesmo Pai-Mãe comum, que é Deus.
- Democratização do cultural – Equivale a dizer que temos de respeitar a diversidade das culturas e as diferentes etnias que compõem a vida em sociedade.

b) Construção coletiva

A construção coletiva indica que todos podem participar oferecendo sua contribuição para o todo. Isso exige o respeito pelas diferenças que vão enriquecendo o conjunto da sociedade. Indica que tudo pode ser mudado e nada está colocado como acabado. Mostra também que é necessário ligar o individual com o coletivo, construindo instâncias de decisão em que o poder possa ser partilhado.

c) Cidadania ativa

Não podemos ficar apenas com os direitos que outros nos garantiram. Além de defender os direitos adquiridos, a cidadania ativa aponta

para a conquista de *novos direitos*. Mostra a importância *da luta pelo direito a ter direitos!* Para se conseguir essa cidadania ativa é preciso criar novos espaços de participação na sociedade e na Igreja. É preciso buscar um controle por parte da população organizada de todas as instâncias de decisão.

d) Inversão de prioridades

O mero crescimento econômico não resolve o problema das grandes maiorias excluídas. Hoje, há muita produção de bens, mas há mais pessoas excluídas da participação nesses bens. A inversão de prioridades aponta na direção do valor da vida de todos, e não apenas dos já integrados. O grande desafio é a integração de todos. Temos de pensar em uma sociedade da qual ninguém seja excluído! Que todos tenham o direito de viver. Para isso, é preciso mudar a forma de aplicação dos recursos.

Um novo projeto para a sociedade civil

Para a construção de um novo projeto de sociedade, é preciso conhecer o sistema a ser superado e fazer o enfrentamento com crítica e prática pertinentes.

Características do sistema neoliberal

O neoliberalismo, embora com alguns arranhões, é ainda o sistema hegemônico no mundo. Não admite nenhum obstáculo ao livre desenvolvimento do capital e do mercado e exige:

- a) A internacionalização do capital, com total liberdade ao mercado. Propõe a abertura dos mercados ao capital transnacional.
- b) Estado mínimo – Redução dos gastos sociais (uma das exigências básicas do FMI para todos os ajustes estruturais) relacionados à saúde, à educação, à moradia, ao transporte coletivo e ao saneamento básico.
- c) Privatização das estatais – O Estado não deve intervir na economia.
- d) Entrada indiscriminada das novas tecnologias, levando ao sucateamento do parque industrial nacional, gerando recessão, desemprego e a conseqüente miserabilização

da sociedade (cf. CONFERÊNCIA GERAL DO EPISCOPADO LATINO-AMERICANO, 1992, n. 179).

- e) Exclusão dos pobres – Quem não pode competir é excluído. Cresce no mundo inteiro o número de excluídos, sobretudo nos países da América Latina, da África e da Ásia.
- f) Quebra da centralidade do trabalho – O trabalho humano deixa de ser o centro da vida, substituído cada vez mais pelo poder das novas máquinas “inteligentes” e muito mais rentáveis. Com isso, o neoliberalismo impõe dificuldades crescentes à organização dos trabalhadores/as, quebrando a força dos sindicatos.
- g) Dominação cultural via propaganda nos meios de comunicação social de forma natural e espontânea – O neoliberalismo cativa por dentro e impulsiona para o individualismo, tentando quebrar a solidariedade entre os pobres. O neoliberalismo provoca o *ensimesmamento insolidário*.
- h) Pagamento da dívida externa, que impede o desenvolvimento dos países pobres do mundo inteiro.

Crítica ao sistema neoliberal

A crítica ao sistema neoliberal é fundamental para sua superação. A desmontagem deste sistema nos remete ao confronto entre *reino e anti-reino*. Como Jesus de Nazaré enfrentou o império romano³ e o estado judaico controlado pelos grupos dominantes de seu país, hoje, somos convidados a encontrar caminhos de superação deste sistema que continua excluindo a grande maioria da população de nosso continente. Queremos indicar duas tomadas de posição que apontam nesta direção.

- a) **Carta dos Jesuítas:** “Fazer oposição ao neoliberalismo significa, antes de tudo, afirmar que não existem instituições absolutas, capazes de explicar ou conduzir a história humana em toda a sua complexidade. O homem e a mulher são irredutíveis ao mercado, ao Estado ou a qualquer outro poder ou instituição que pretenda impor-se como totalitária. Significa proteger a liberdade humana, afirmando que o único absoluto é Deus e que seu mandamento de amor se expressa socialmente na jus-

3. Para aprofundamento desta afirmação, seria importante consultar o livro de Horsley (2004) e Sobriño (2006, p 241-261).

tiça e solidariedade. Significa, finalmente, denunciar as ideologias totalitárias, pois elas, quando conseguiram se impor, só apresentaram como resultado injustiça, exclusão e violência” (cf. SUPERIORES PROVINCIAIS DA COMPANHIA DE JESUS DA AMÉRICA LATINA, 1997, p. 19).

b) João Paulo II: “Domina cada vez mais, em muitos países americanos, um sistema conhecido como ‘neoliberalismo’; sistema este que, apoiado numa concepção economicista do homem, considera o lucro e as leis de mercado como parâmetros absolutos com prejuízo da dignidade e do respeito da pessoa e do povo. Por vezes, este sistema transformou-se numa justificação ideológica de algumas atitudes e modos de agir nos campos social e político, que provocam a marginalização dos mais fracos. De fato, os pobres são sempre mais numerosos, vítimas de determinadas políticas e estruturas freqüentemente injustas” (JOÃO PAULO II, 1999, n. 56).

Instrumentos práticos para a implementação desse novo modelo social

O novo modelo social é construído com a participação cidadã e controle público, tendo em mente as grandes opções de um novo projeto de nação, como os indicados pela CNBB (2006). Para a construção desse novo projeto, temos muitos instrumentos que podem ser complementares.

- a) Fórum Social Mundial: “Um outro mundo é possível”.
- b) Campanha da Fraternidade: temas com base nas necessidades do povo. É importante notar que a grande maioria das pastorais sociais nasceu dos temas das Campanhas da Fraternidade.
- c) Grito dos excluídos: nova forma de celebrar a luta pela independência nacional.
- d) Encontros Intereclesiais de CEBs em nível nacional e latino-americano e caribenho.
- e) Assembléia Popular Mutirão por um novo Brasil: propostas a partir das assembléias populares e da 4ª Semana Social Brasileira.
- f) Romarias da Terra, das Águas, dos Trabalhadores/as.

- g) Escolas de formação política: escola de fé e política, ética e cidadania, incentivando a participação nos partidos ligados à luta popular.
- h) Participação nos sindicatos e luta contra o desemprego.
- i) Fóruns das Pastorais Sociais.
- j) Fórum da Reforma Agrária.
- k) Fortalecimento da comunicação alternativa: rádios comunitárias, jornais alternativos (**Correio da Cidadania, Brasil de Fato**), boletins.
- l) Campanhas nacionais: pela auditoria cidadã da dívida, campanha da valorização do salário mínimo, pela anulação da privatização da Companhia Vale do Rio Doce.

A modo de conclusão...

A prática pastoral visa traduzir na vida eclesial e social o Evangelho (Boa Notícia) do Reino de Deus anunciado por Jesus de Nazaré. Nessa tarefa, a(s) Igreja(s) contam com a presença do Espírito Santo, que na história vai nos indicando, por meio dos sinais dos tempos, os novos caminhos que devemos percorrer. Como Igreja servidora, deve estar a serviço do mundo (LG, 1; GS, 1.4.11), para colaborar na realização do desejo expresso por Jesus em Jo 10,10: “Eu vim para que todos e todas tenham vida, e tenham vida em abundância”. Nessa perspectiva, como afirma o **Objetivo Geral da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil**, numa atitude de serviço, diálogo e anúncio e pelo testemunho da comunhão, busca promover a dignidade da pessoa humana, renovar a comunidade, formando o povo de Deus, e participando da construção de uma sociedade justa e solidária, sabendo que estamos sempre a caminho do Reino definitivo. Por isso, rezamos: “Caminhamos na estrada de Jesus!”. O caminho não está pronto. Na verdade, caminhando é que se abre caminho! A missão da Igreja se relaciona com a vida de todos os seres humanos e com toda vida do planeta. Essa missão nos faz compreender sua ação no mundo do trabalho, da política e da cultura (cf. CNBB, 1988), contribuindo para uma nova convivência social que seja pautada pelos valores evangélicos e humanos.

Com sua vocação de mestra em humanidade, deve-se abrir e assumir o diálogo ecumênico e inter-religioso, buscando formas pacíficas de convivência com todas as Igrejas cristãs e com outras religiões, pois somente se houver paz entre as religiões é que poderá haver paz no

munho.⁴ Sua missão também diz respeito à defesa da natureza: basta tomarmos como exemplo a Campanha da Fraternidade e Ecologia (CNBB, 2007) e o tema do XII Intereclesial das CEBs: Ecologia e Missão (2009), para compreendermos que a libertação ecológica faz parte de sua missão. Como em Cristo é *o sacramento ou sinal e instrumento da íntima união com Deus e da unidade de todo o gênero humano* (LG, 1), a Igreja deve colaborar e contribuir na construção de uma convivência humana e social que possibilite, cada vez mais, que todos e todas tenham vida e vida em abundância.

Abstract

The participation of Christian men and women in the political fight to free the poor and excluded is the great news in the Church(es) in Latin America and the Caribbean. After Medellín (1968), with a creative reception from Vatican Council II, the experience and understanding of Christian faith has acquired a new dynamics. Basic ecclesial communities (BECs) and the Theology of Liberation favor a new way of being socially committed to the construction of a different society, inspired by justice and solidarity. It is clear that solid bonds connect evangelization and liberation. The work of evangelization cannot neglect serious problems that affect people's life and nature: unemployment, social exclusion, violence, devastation of the environment. Christian men and women are invited to offer their contribution to the transformation of society based on faith and pastoral practice. It will contribute to the construction of a nation project in harmony with the values of popular fights, which requires the use of instruments capable of fostering the citizens' participation in search of a just and fraternal society that respects people's life and nature.

Key words: Evangelization; Liberation; Democracy; Popular movements; Social practice; Project of a nation.

Referências

BEOZZO, José Oscar. **A Igreja do Brasil no Concílio Vaticano II – 1959-1965**. São Paulo: Paulinas, 2005.

CNBB. **Eleições 2006**: orientações. Documento da CNBB n. 82. São Paulo: Paulinas, 2006.

CNBB. **Igreja**: comunhão e missão na evangelização dos povos, no mundo do trabalho, da política e da cultura. Documentos da CNBB N. 40. São Paulo: Paulinas, 1988.

4. “Não haverá paz entre as nações, se não houver paz entre as religiões. Não haverá paz entre as religiões, se não existir diálogo entre as religiões. Não haverá diálogo entre as religiões, se não existirem padrões éticos globais. Nosso planeta não irá sobreviver, se não houver um etos global, uma ética para o mundo inteiro” (KÜNG, 2004, p 17). Nesta mesma direção encontramos o pensamento de D. Pedro Casaldàglia, profeta da justiça e da esperança: “O século XXI ou será místico ou não será humano. O século XXI cristão optará pelos excluídos ou não será cristão. O século XXI cristão ou será ecumênico ou não será eclesial. O século XXI ou será ecológico ou simplesmente não será”.

CNBB. **Vida e missão neste chão**: fraternidade e Amazônia. São Paulo: Salesiana, 2007.

CONFERÊNCIA GERAL DO EPISCOPADO LATINO-AMERICANO. **Nova evangelização, promoção humana, cultura cristã**: documento de trabalho. IV Conferência geral do Episcopado latino-americano. São Paulo: Loyola, 1992.

HORSLEY, R. L. A. **Jesus e o império**: O reino de Deus e a nova desordem internacional. São Paulo: Paulus, 2004.

JOÃO PAULO II. **Ecclesia in América** - Exortação Apostólica Pós-sinodal. São Paulo: Paulus, 1999.

KÜNG, Hans. **Religiões do mundo**: em busca dos pontos comuns. Campinas: Verus, 2004.

MIRANDA, Mário de França. Ecumenismo e instituição eclesial. **Perspectiva teológica**, Belo Horizonte, v. 37, n. 101, p. 31-54, jan. 2005.

PAULO VI. **Exortação Apostólica "Evangelii Nuntiandi"** - A evangelização no mundo contemporâneo. São Paulo: Loyola, 1976.

SETOR PASTORAL SOCIAL – CNBB. **2ª Semana social brasileira: mutirão por uma sociedade democrática**. Brasília: CNBB, 1995.

SOBRINO, Jon. O reino de Deus anunciado por Jesus: reflexões para nosso tempo. In: SOTER-AMERÍNDIA (Org.). **Caminhos da Igreja na América Latina e no Caribe**. São Paulo: Soter-Paulinas, 2006. p. 241-261.

SUPERIORES PROVINCIAIS DA COMPANHIA DE JESUS DA AMÉRICA LATINA. **O neoliberalismo na América Latina**: documento de trabalho. São Paulo: Loyola, 1997.